

O Cooperativismo rural na base da economia solidaria na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no Amazonas, Brasil

Celso Augusto Torres do Nascimento¹ – PPGSCA-UFAM
E-mail: celsotor@gmail.com
Marilene Correa da Silva Freitas² - PPGSCA-UFAM
E-mail: Marilene.correa@uol.com.br

GT 6 – Agricultura, pesca, extrativismo e solidariedade

No processo progressivo de reestruturação das bases produtivas do capital que se faz acompanhar pela perda incomensurável do poder de inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho, torna-se mister que os trabalhadores encontrem outras formas de trabalho diferentes das formas contratualistas de cunho capitalista.

O momento presente exige que o sujeito histórico busque novas oportunidades e crie formas de trabalho socialmente reinventadas e autossustentáveis. Essa é a condição histórica de reinvenção da sobrevivência pautada no uso de novas técnicas de trabalho, em que as pessoas buscam a sua valorização, ampliam a sua capacidade e se redescobrem empreendedoras à guisa de construto-humano. Veja, que “não se trata de um empreendedorismo individual, potencializado e difundido pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro das Pequenas e Microempresas)”. Estamos nos referindo “ao empreendedorismo coletivizado e socialmente solidário” (NASCIMENTO, 2005, p. 11). A economia solidária é um novo conceito que vem sendo construído no Brasil, de forma esparsa e difusa, desde a década de 80. Mas, que, atualmente, ganha fôlego e consistência conceitual nos domínios das ciências sociais, da economia e de outras

¹ Economista. Doutorando do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista do Posgrad – Fapeam.

² Professora do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp.

ciências, na medida em que a economia solidária não é de domínio de uma única ciência.

Estamos falando de empreendimentos auto gerenciáveis que diferem do capitalismo, mas não sobrevivem fora de uma economia mercantilista. Entenda-se, fora de um sistema de compra e troca. O empreendimento é administrado democraticamente, irmanando-se com os iguais e insurgindo-se contra a sujeição e a exploração (SINGER, 2000).

Os moradores das Comunidades Nossa Senhora de Aparecida, que já vivenciam práticas de solidariedade e cooperação, buscam formas de trabalho socialmente solidárias. Damião Barbosa, 58 anos, presidente da APRODUCIDA diz o seguinte: “eu gosto muito daqui [...]. A gente conhece todo mundo, vai na casa de todo mundo. Quando um precisa de uma coisa o outro socorre. É esse o nosso sistema” (Entrevista/2013). E acrescenta:

Acho que poderíamos, com a orientação de gente como vocês que conhecem outras experiências, aprender outras técnicas de plantio de roça e feitura de farinha que fosse menos trabalhoso e menos agressivo à floresta. Temos que aprender mais sobre essa história de manejo da floresta. Muito se tem falado sobre isso, mas pouco nos ensinam sobre como é de verdade. Depois, as roças estão ficando cada vez mais longe. Vocês viram a distância. A gente tem que fazer a roça, todos no mesmo desmatado para uma roça proteger a outra dos bichos. Nisso a gente se combina bem. Se a gente tivesse uma casa de farinha bem estruturada, tudo seria mais fácil e a gente poderia produzir uma farinha até melhor. Porque, de farinha, nós entendemos bem. O problema é que não temos nada que facilite o nosso trabalho. Tudo é no braço. Por isso é que a gente tem que levar todos os filhos pra ajudar. Senão, não dá conta do trabalho (Damião, entrevista/2013).

O que falta, no entanto, para que esses comunitários se organizem de forma racional e metodologicamente eficaz é conhecimento e orientação técnica como pontuou o nosso entrevistado. A ideia apontada por Singer (1998, p. 122), no sentido de que “para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa”, se faz acompanhar por uma proposta de orientação técnico-formativo desses sujeitos sociais por pesquisadores da universidade brasileira. Cabe dizer, para sermos mais justos e precisos, que esta é uma proposta apresentada por Herbert de Sousa, o Betinho, aos pesquisadores da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela está no

nascedouro da economia solidária no Brasil como assinalamos anteriormente.

É patente o fato de que ninguém transfere o conhecimento, o que se transfere são informações. E, esta informação, se for repassada de forma didática e metodologicamente bem articulada com a realidade local pode contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento social. Quando a informação é processada “mediante a atividade humana, sob a forma de cursos, oficinas ou seminários, faz com que a regularidade própria do comportamento humano transporte esse conhecimento para a dimensão dos costumes, ou melhor, para a prática do trabalho dos cooperados e cooperadas” (VIEIRA,2010, P.163).

No caso do trabalho cooperativado realizado pelos membros da Aproducida, fomos informados por ocasião da pesquisa de campo, que eles não contam com nenhum tipo de formação oferecido pela Universidade, embora a Universidade Federal do Amazonas esteja instalada em Coari com uma Unidade Permanente. Autores como Singer (1998), Gaiger (1999), Culti (2002) e Vieira (2010) têm chamado a atenção para a necessidade de as incubadoras universitárias, realizarem formação aos membros de empreendimentos econômicos e solidários. De acordo com Vieira (2010, p. 163),

É papel da incubadora estimular, subsidiar, fomentar, enfim, criar condições para que os cooperados e cooperadas construam sua capacidade crítica para entender a realidade em constante transformação no mundo do trabalho, criando uma inteligência coletiva capaz de atuar com competitividade no mercado sem abandonar os princípios da economia solidária.

E acrescenta:

A tarefa fundamental da incubadora na autogestão é tornar as pessoas capazes de um desempenho conjunto, por meio da partilha de objetivos e metas comuns [...]. A incubadora deve criar uma estrutura adequada ao desenvolvimento dos cooperados e cooperadas e capacitá-los para se adaptarem às mudanças advindas de novas tecnologias sociais ou tecnológicas. Existem três desafios básicos na transferência de tecnologia social no processo de incubação de empreendimentos solidários. São eles: como melhorar o conhecimento existente entre cooperados e cooperadas; como criar o novo conhecimento para a cooperativa (também conhecido como inovação); e como disseminar o conhecimento entre todos os cooperados e cooperadas (VIEIRA, 2010, p.164).

O processo de incubação realizado pelas incubadoras universitárias segue os seguintes passos: “ conscientização dos cooperados e cooperadas; compreensão da realidade existente; ação e análise das ações. Depois vem a reflexão” (IBIDEM, p. 164).

Deve-se reconhecer que os povos tradicionais da Amazônia vivem isolados e sem os recursos da ciência e da tecnologia, em sua ampla maioria. Nem instituições como o IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas e a SERPRO – Secretaria Rural de Produção dispõem de técnicos suficientes para a implementação de uma política de capacitação técnica aos povos tradicionais, e nem a Universidade através de seus pesquisadores engajados na causa dos excluídos sociais, consegue fazer o acompanhamento e monitoramento às comunidades depois que são encerrados os trabalhos de investigação.

Por ocasião do nosso trabalho de campo na Comunidade Nossa Senhora Aparecida ministramos palestras sobre noções de economia solidária e segurança alimentar, apontando a capacidade que as mulheres possuem em termos da organização da comunidade à guisa de empoderamento desses sujeitos sociais. As mulheres, como entendem Buarque e Vainsencher (2001) não tem só capacidade produtiva, tem, sobretudo poder de articulação e organização.

As mulheres agricultoras de Nossa Senhora Aparecida são os sujeitos que tomam a dianteira do trabalho dentro da unidade familiar, desde a construção do roçado, plantio, capina, colheita e organização dos produtos agrícolas para serem levados à cidade de Coari, até a venda desses produtos na feira. Lúcio Barbosa (61), líder comunitário revela o seguinte:

Aqui as mulheres fazem de tudo. Elas são muito trabalhadeiras e interessadas na melhoria da comunidade. Elas fazem roçado, roçam, capinam, cuidam da casa e das crianças e ainda vendem os produtos na feira. O que falta para nós é apoio para escoar os nossos produtos, no tempo da cheia é difícil fazer chegar os produtos na feira da cidade (entrevista/2013).

O ecossistema amazônico de subida e descida das águas exigem que os trabalhadores rurais se organizem para se inserirem sem prejuízo nas suas leis naturais. Vimos na fala de Lúcio Barbosa que há necessidade de intervenção das políticas públicas para contribuir no escoamento dos produtos agrícolas. Um dado interessante é

o fato de o líder comunitário reconhecer que as mulheres são grandes trabalhadoras, esteio da economia doméstica e preocupadas com a melhoria da comunidade.

As mulheres estão entre os segmentos sociais que buscaram afirmar a sua cidadania e o seu espaço no século XX. Trata-se de uma luta construída em meio a muitos obstáculos e desafios, especialmente porque as assimetrias de gênero são calcadas em bases ideo-culturais de dominação patriarcal difícil de depurar-se. Para Verucci (1986, p.94) “a questão da cidadania da mulher, da mulher enquanto pessoa, enquanto cidadã [...], é um fato que ninguém mais tem coragem de dizer que não admite ou que não concorda”.

As mulheres rurais sempre estiveram inseridas no trabalho fora de casa, na agricultura e na roça, como uma “extensão” da casa. Se formos pensar em termos das construções das relações de gênero poderíamos dizer que o rio é o lugar dos homens e a terra é o lugar das mulheres. A simbologia da mãe terra que é vida e geradora de alimentos tem paralelo com a mulher que também é fonte geradora de vida. Some-se a isto, o fato de que as mulheres possuem uma racionalização estratégica conservacionista importante em relação ao solo, animais, plantas, água (TORRES, 2012).

A propósito das questões ambientalistas Wiggers (2012, p.24), chama a atenção para o fato de que no mundo rural,

O enfoque no meio ambiente somou-se `a questões importantes como conflitos de terras, dicotomia entre o campo e a cidade, êxodo rural, territorialidade. A noção de ambiente tornou-se valor universal na atualidade em todo o mundo, com ênfase ainda maior nos contextos de produção agrícola e extrativista das regiões onde ainda se têm florestas. Na Amazônia as preocupações ambientais estão na pauta do dia e os olhares do mundo todo de voltam para as questões referentes à maior floresta tropical do planeta.

Este chamamento para as questões ambientais não deve ser dirigido aos povos tradicionais da Amazônia que sempre desenvolveram ações e práticas conservacionistas. Batista (1976) lembra-nos que o equilíbrio ambiental da região começou a se romper quando se estabeleceu o projeto colonizador. O modo pelo qual os povos tradicionais estabelecem relação com o meio ambiente revela um aspecto identitário presente nas suas próprias origens. O cultivo da agricultura, assim como o trabalho extrativista, a pesca e a caça, entrelaçam-se à vida dos povos tradicionais da Amazônia. Alguns povos

indígenas como, por exemplo, os sateré-mawé, tem seu trabalho centrado no cultivo do guaraná em torno do qual circunda a sua vida de trabalho.

O guaraná, conforme Uggé (1993, p.26), “é o fruto da tribo para os Sateré-Mawé. Eles os receberam dos antigos, sabendo como tratá-lo e usá-lo, transmitindo o que sabem para outras tribos”. O guaraná não é só o elemento da materialidade da vida ou de sobrevivência para os Sateré-Mawé é, essencialmente, um símbolo cravado na matriz da formação social e cultural desse povo. Para Geertz (2008, p.4), “a cultura é um sistema ordenado de significados e símbolos. Trata-se de significados sociais impregnados no fazer e no acontecer cotidiano de um povo ou de um coletivo”.

A confecção e produção de artesanato é também um elemento constitutivo da cultura sateré. Uggé (1993), observou na reserva do rio Andirá que haviam nas casas indígenas redes de dormir tecidas com fios de tucum, embora em pouca proporção. Outros tipos como anéis feitos com o caroço de tucumã, colares e brincos organizados com fio barbante e sementes e, mais recentemente com a baje de jarina, jauari e muru-muru, são produtos de venda no mercado informal. Além de colares, brincos e anéis feitos das palmeiras de jauari e muru-muru pode-se confeccionar também, bolsas, peneiras e chapéus.

Do molongó, que é uma árvore encontrada dentro do rio são confeccionados vários produtos como canoinha, corujinha, indiozinho e banco para sentar. O artesanato assim como o grafismo são expressões culturais que evocam uma série de explicações e significados, envolvendo a comunicação com os espíritos e meio ambiente, relações cósmicas, construção de identidade, a origem do universo, enfim, representam a maneira de ser de um povo.

Peres (2012, p. 37), afirma que as expressões culturais têm relação com a “vivência psicológica e emocional do ser humano cujos movimentos e tensões musculares expressivas traduzem, de maneira inconsciente, a subjetividade ligada ao significado da situação da pessoa como forma de expressar algo para interagir”.

Amazonas (1984) reconhece o importante papel que as mulheres indígenas desempenham em suas tribos ou aldeias. Além do trabalho pesado da roça e dos serviços domésticos elas também fazem o “trabalho artístico de tecer, fiar, bordar, confeccionar redes de algodão e de maqueira, coser e fazer louça de argila e cerâmica” (AMAZONAS, 1984, p.27).

Uma entrevista de Mário Ypiranga Monteiro, concedida em 2011 dá conta de que,

É a mulher que prepara e faz a cerâmica, que conhece perfeitamente a técnica de manuseio da argila, cozimento e acabamento dos utensílios na temperatura adequada do fogo; tece a rede de dormir e a rede de pesca; faz o jamaxi, que é o utensílio utilizado para iluminar a rede; faz abanos ou leques, paneiro para o depósito de farinha, cestos, peneiras, balaios; confecciona o jirau para tratar o peixe; fabrica o seu próprio fogão de barro e o forno de fazer farinha; tece o tipiti, que é utilizado na fabricação de farinha, enfim, confecciona vários outros implementos de cozinha e de feitura da farinha (Mário Ypiranga Monteiro apud TORRES, 2005, p. 149).

Lèvi-Strauss (1991) observou em seus estudos na Amazônia que as mulheres faziam mais os utensílios de cerâmica, inclusive, elas fabricavam “uma cerâmica policromática de grande beleza e maestria” (LÈVI-STRAUSS, 1991, p. 306). Em outro escrito este pensador deixa claro que “é à índia que compete fabricar os recipientes de cerâmica e servir-se deles, porque a argila de que são feitos é feminina como a terra” (LÈVI-STRAUSS, 1985, p. 28).

Há aqui, como podemos perceber, um forte simbolismo associado àquilo que as teorias denominam de “mística feminina”³. As mulheres e a cerâmica estão associadas à terra em razão de que ambas tem função reprodutora que as torna capazes de gerar vida. Oliveira Filho (1999, p. 68), considera que “ações e conteúdos simbólicos representam uma solução para os problemas surgidos no curso das interações sociais”.

Há realmente alguns artesanatos que são feitos só por mulheres como é o caso das louças de argila, dos produtos tecidos à mão e muitos outros. Mas, atualmente, os homens também já desenvolvem a arte artesanal.

De acordo com Suarez e Libardone (1992) a partir do processo de desenvolvimento agrícola, no país, iniciado nos anos sessenta, até o projeto agrícola para os anos noventa, a ação governamental permaneceu, evitando reconhecer a contribuição da produção familiar. Ou seja, em lugar de apoiá-la, em seu desenvolvimento particular, empenhou-se, quando muito, em transmutá-la ora nos limites da perspectiva urbana, ora nos das grandes empresas.

Em nossas conversas e palestras com as mulheres de Nossa Senhora Aparecida discutimos a matricialidade da família nos programas de políticas sociais de transferência de renda do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa centralidade é

³ Ver PENA, Maria Valéria Junho (1981) e TORRES, Iraildes Caldas (2005).

definida no escopo teórico dessas políticas como o lugar por excelência da proteção, o que significa aferir que o próprio Estado reconhece na família uma função social e primordial no processo de reprodução material e simbólica da espécie. O paradigma da matricialidade familiar é complementado pelo critério de gênero, em que as mulheres nutrizas e chefes de famílias, assumem proeminência no processo de inclusão nas políticas de transferência de renda. Francisca Mota (35 anos) é enfática ao afirmar que, “aqui, nós mulheres cuidamos de tudo na agricultura, na casa, na venda. Aqui na comunidade tem muitas mulheres que buscam água sozinhas. Na seca o barranco fica muito embaixo, tem que puxar água para molhar as plantações” (entrevista/2013)

Conforme Duque-Arrazola (2010, p.237)

quem é responsabilizada e realiza predominantemente a proteção e o trabalho com os cuidados, a reprodução e o bem-estar do grupo doméstico são as mulheres, desde sua mais tenra idade, em nome de sua capacidade gestora e sua 'natural' competência de gênero com as atividades da reprodução.

Em Nossa Senhora Aparecida as mulheres trabalham de sol a sol na agricultura, enquanto os homens desenvolvem o trabalho da pesca, caça e também se ocupam do trabalho na roça, embora em menor proporção.

Segundo Almeida e Maneschy (2001, p. 436), isto porque “a divisão do trabalho entre os sexos e as gerações explicam essa proeminência, pois a pesca tende a absorver diretamente os homens adultos”. Não podemos deixar de reconhecer que a política de assistência social tem priorizado as mulheres como sinalizamos anteriormente, pois os critérios de inclusão levando em conta o corte de gênero são claros e bem definidos. O que falta, com efeito, é a definição de outras políticas econômicas para os trabalhadores rurais. Embora o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário tenha garantido a criação de uma linha de crédito para as mulheres, o PRONAF/Mulher, ainda há uma grande lacuna em termos de políticas públicas para as mulheres da área rural.

Na fala de Francinete Mota, aparece uma preocupação com a segurança alimentar da comunidade, recorrente também em outras falas. Vejamos:

Eu crio galinha, pato e jabuti. Faço tudo com os derivados da mandioca: tapioca, tucupi, beiju, farinha de tapioca, pé-de-moleque. Nós mulheres também plantamos cebola, pimenta de cheiro, coentro, tomate [...]. O meu trabalho final é colocar os produtos no mercado para vender, mas é uma

dificuldade. Precisamos de ajuda para a nossa comunidade (Entrevista/2013).

As estratégias de sobrevivência das famílias incluem, necessariamente, a venda dos produtos agrícolas na feira da cidade. Tal necessidade é constatada no clamor de nosso entrevistado: “precisamos de apoio político para a nossa comunidade” (Lúcio Barbosa, entrevista/2013). Mulheres e homens, de modo geral, trabalham na terra até a idade avançada. “Mesmo aposentados e aposentadas continuam a ir regularmente aos 'centros' ou 'retiros', como chamam as áreas de terra firme onde plantam seus roçados” (ALMEIDA e MANESCHY, 2001, p. 326).

O Estado, no entanto, deve ser acionado para prover condições necessárias para impulsionar a economia primária, sobretudo porque as práticas sociais da lavoura e agricultura familiar são repassadas de geração a geração, conforme explica um dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa, a saber:

A gente não pode deixar as menores sozinhas em casa. Por isso, todo mundo leva os filhos pra roça desde pequenininhos. Quando vai pegando tamanho, já começa a ajudar em alguma coisa. Sempre se tem alguma coisa para as crianças fazer e aprender. Esse é o nosso sistema: a gente ensina desde cedo. Tem menino por aí que dá duro na roça igual aos pais desde os 10 ou 11 anos. Mas, a gente nunca descuida da escola. Os que estão na escola, voltam mais cedo pra ir estudar. Quem estuda de manhã, só vai pra roça depois da aula. (Damião Barbosa, entrevista/2010).

É patente o fato de que as famílias camponesas educam seus filhos na centralidade do trabalho desde muito cedo, são valores ancestrais passados de pais para filhos. Os membros do grupo doméstico trabalham juntos, formando unidades produtivas familiares flexíveis e dinâmicas, sem que se configure exploração do trabalho infantil para as crianças (TORRES, 2007). A escola não é descuidada, ao contrário, a hora da aula mobiliza o retorno de toda a família do roçado para a casa.

A participação das famílias nos programas de transferência de renda contribuem, fundamentalmente, para a permanência das crianças na escola. Para Duque-Arazola (2010), a participação das mulheres em programas como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil traz obrigações e responsabilidades.

Supõe usufruto de saberes e das competências de gênero das mulheres pelo

programa, relativas às diferentes objetivações com a reprodução cotidiana do grupo familiar. Entre estas, os cuidados com a alimentação, higiene, saúde, doenças, além das diferentes objetivações com a socialização e educação das crianças (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 239).

Os mesmos requisitos são exigidos pelo Bolsa Família, com forte ênfase na educação das crianças, o que determina que a família camponesa, especialmente a mãe agricultora, organize seu trabalho na roça em função da escola das crianças.

Outra situação constatada na comunidade Nossa Senhora Aparecida, são as condições de risco e precariedade com que os moradores lidam com a pequena pecuária. É o que nos relata o líder Jones Araújo:

É pertinente pensar em economia solidária para resolver o problema dos trabalhadores rurais. Se, não necessariamente, em forma de empreendimento solidário para conduzir a criação e o negócio com leguminosas e hortaliças como fazem os cooperados da APRODUCIDA, poderia ser para constituir o uso solidário da terra. Esse tipo de organização do trabalho coletivo ou comunitário resgata a condição dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, companheiros e trabalhadores (NASCIMENTO, 2005). A economia solidária é uma modalidade de trabalho que surge do povo de maneira espontânea, ou por indução de sujeitos autônomos que apoiam essa iniciativa popular.

É importante que os trabalhadores se apropriem da racionalidade metodológica das ações coletivizadas, com monitoramento e acompanhamento de instituições especializadas, mas sem esquecer que a racionalidade técnica deve estar subordinada ao atendimento das ações definidas pelo coletivo de trabalhadores. Conforme Singer (2000), a autonomia, a equidade, a solidariedade e a participação são valores que vem agregar-se ao trabalho cooperativado. Alguns conflitos em torno da criação de bovinos nessa comunidade assumem contornos assustadores, como expõe o nosso informante.

Grassa historicamente, na Amazônia, a prática da pistolagem de forma aberta. A resistência dos trabalhadores e a sua cidadania amparada pelos direitos trabalhistas, é vista como uma ofensa ao patrão, que procura resolver a seu modo, não raro com derramamento de sangue, para não dar a “mão a torcer” ao trabalhador. Foi assim com os trabalhadores de minérios, é assim com lideranças sindicais e religiosas e tem sido assim com os trabalhadores sem-terra do Araguaia e do chamado “Bico do Papagaio”, localidade situada na confluência do Pará com o Maranhão.

Voltamos a reiterar, amiúde, que cooperação e solidariedade são elementos vitais para a organização coletiva dos trabalhadores. São definidores da resistência, pois, juntos, eles constituem uma força que pode enfrentar pressões e dificuldades. A força da união é capaz de transpor barreiras e superar grandes obstáculos colocados pelos novos tempos. Benatti (1994) reconhece que nesses espaços as famílias agricultoras constroem um nível de solidariedade e coesão social, formado a partir de normas de caráter consensual que garantem a coletivização desses espaços.

Esta pesquisa revela que a produção de alimentos mobiliza a ação comum de homens e mulheres dentro da Comunidade sob os nexos da cooperação e dinamismo solidário. Os grupos de marido, mulher e filhos são unidades produtivas que emergem no sistema cooperativo com grande desenvoltura. O trabalho social mobiliza toda a família, é voltado para a subsistência e para o mercado. As mulheres são sujeitos centrais na organização da economia do grupo doméstico, preocupadas em organizar a comunidade também no âmbito da segurança alimentar e da economia solidária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marineide Pereira de e MANESCHY, Maria Cristina. Pesca e Lavoura: espaços de complementariedade. In: FERREIRA, Mary (org.). Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero. São Luís. Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero. Salvador: Redor, 2001.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. Dicionário topográfico, histórico e descritivo do Alto Amazonas. Manaus: Grafima, 1984

BENATTI, José Helder. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BENATTI, José Helder. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). A Amazônia e a crise da Modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BUARQUE, Cristina Maria e VAINSENER, Semira Adler. Gênero e Ong: a identidade da pequena agricultora. In: FERREIRA, Mary (org). Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero. São Luis: Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher e Cidadania e Relações de Gênero. Salvador, 2001.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. As mulheres em programas de assistência social: o caso das mães do programa de erradicação do trabalho infantil em uma área rural da zona da mata de Pernambuco. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide (org.). Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008

LÈVI-STRAUSS, Claude. O cru e o cozido. Traduzido por Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1991

_____. A oleira ciumenta. Traduzido por José Antônio Braga Fernandes Dias. Lisboa: Edições 70, 1985

NASCIMENTO, Celso Augusto Tôrres do. Experiências de cooperativismo em Manaus: uma iniciativa inovadora no âmbito da geração de renda. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2005.

NASCIMENTO, Cláudio. A autogestão e o novo cooperativismo. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária Nacional de Economia Solidária, 2004

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998

SUAREZ, Mireia. Modernidade e pós-modernidade, ideologia e teoria feminista. Comunicação oral. In: condição feminina e relações de gênero, 1993 (mimeo).

TORRES, *Iraildes Caldas*. Humaitá: ecos de um povo. Manaus: INPA, 2007.

_____. Reflexões sobre trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia. In: _____. O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Valer, 2012.

UGGÈ, Enrique. As bonitas histórias Sateré-Mawé. Manaus: Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, 1993

VIEIRA, Antonieta do Lago. Construindo cooperativas populares e solidária. In: TORRES, Iraildes Caldas (org). As mulheres do trabalho e da economia solidária no Brasil. Manaus: EDUA, 2010

WIGGERS, Raquel. Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em Universidades de Conservação Ambiental do Amazonas. In: WIGGERS, Raquel; RAITIER, Hugo e; RODRIGUES, Cinthya M. Costa (org). Comunidades Rurais: organização, associação e lideranças. Manaus: Edua, 2012.